



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA  
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,  
DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.**

**4ºRTD-RJ - 956387**  
Emol: 692,83/Distrito: 17,174,4111/08/34,8  
MIA: 11,46/PETJ: 138,28/LE: 0281 - 27,84  
Lei: 4,084/05/34,81 / Tot.Emol: (R\$) 958,2  
PARÂM: Vias 5 / Nome(s): 4 / Page: 59  
Proc. Estr. N / Averb. N / Dila.



**ENTRE**

**TRANSNORTE ENERGIA S.A.**  
*(EMISSIONA),*

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**  
*(FIADORA),*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**  
*(FIADORA)*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*(AGENTE FIDUCIÁRIO)*





## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| GLOSSÁRIO .....  | 5  |
| CLÁUSULA I .....   | 13 |
| TERMOS DEFINIDOS .....                                       | 13 |
| CLÁUSULA II .....  | 13 |
| AUTORIZAÇÃO .....  | 13 |
| CLÁUSULA III .....   | 13 |
| REQUISITOS .....   | 13 |
| CLÁUSULA IV .....  | 15 |
| CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....                             | 15 |
| CLÁUSULA V .....   | 16 |
| CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....                         | 16 |
| CLÁUSULA VI .....  | 25 |
| RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA ..... | 25 |
| CLÁUSULA VII .....   | 27 |
| VENCIMENTO ANTECIPADO .....                                  | 27 |
| CLÁUSULA VIII .....  | 32 |
| OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....                      | 32 |
| CLÁUSULA IX .....  | 37 |
| AGENTE FIDUCIÁRIO .....                                      | 37 |
| CLÁUSULA X .....   | 46 |
| ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....                      | 46 |
| CLÁUSULA XI .....  | 47 |
| DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS .....     | 47 |
| CLÁUSULA XII .....   | 50 |
| DISPOSIÇÕES GERAIS .....                                     | 50 |



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

**TRANSNORTE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 2, Salas 1001 a 1003 e 1010 a 1014, Edifício Via Capital, Asa Norte, CEP 70.040-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.683.671/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, Bloco I, 9º andar, Sala A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Alupar";

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**, sociedade de economia mista de capital aberto, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro, CEP 20071-003, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social e doravante denominada simplesmente "Eletrobras" e, em conjunto com a Alupar, "Fiadoras"; e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora e a Fiadoras, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços

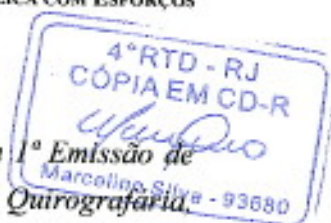




**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANORTE ENERGIA S.A.**

Restritos de Colocação, da Transnorte Energia S.A., mediante as seguintes cláusulas e condições:





*Este glossário é parte integrante do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transport Energia S.A.".*

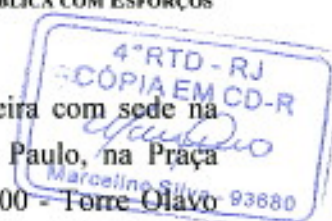
## GLOSSÁRIO

|                     |   |
|---------------------|---|
| AGD                 | Assembleia Geral de Debenturistas.  |
| AGE                 | Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de março de 2014, que aprovou a presente Emissão.   |
| Agente Fiduciário   | Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38. |
| Alupar              | Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, Bloco I, 9º andar, sala A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001.38.   |
| ANBIMA              | ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.   |
| ANEEL               | Agência Nacional de Energia Elétrica.   |
| Ativos Operacionais | Ativos utilizados pela Emissora, direta ou indiretamente, para a transmissão de energia elétrica.   |



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

Banco Liquidante Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.



CETIP CETIP S.A. – Mercados Organizados.

Cetip21 Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

CNPJ/MF Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Código Civil Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Coordenador Líder Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.289.092/0001-30.


Contrato de Colocação “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 1ª Emissão da Transnorte Energia S.A.”, a ser celebrado entre Emissora e o Coordenador Líder.

Contrato de Concessão Contrato de Concessão nº 003/2012 celebrado entre a União por intermédio da ANEEL e a Emissora para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica.

CVM Comissão de Valores Mobiliários.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.**

|                                  |  |   |
|----------------------------------|--|---|
| Data de Emissão                  | 28 de março de 2014.   |  |
| Data de Pagamento de Remuneração | A Data de Vencimento.  |   |
| Data de Vencimento               | 28 de setembro de 2015.  |   |
| Debêntures                       | As 18.000 (dezoito mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da 1ª emissão da Transnorte Energia S.A.   |   |
| Debêntures em Circulação         | Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau. |   |
| Debenturistas                    | Os titulares das Debêntures.   |   |
| Dia Útil                         | Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.   |   |
| DODF                             | Diário Oficial do Distrito Federal.  |   |
| DOESP                            | Diário Oficial do Estado de São Paulo.   |   |
| Eletrobras                       | Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório na Cidade do Rio de Janeiro,  |   |





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.**

Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas,  
nº 409, 13º andar, Centro, CEP 20071-003.

Emissão

1ª (primeira) Emissão de debêntures da Emissora

Emissora

Transnorte Energia S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede no Município de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 2, Salas 1001 A 1003 e 1010 a 1014, Edifício Via Capital, Asa Norte, CEP 70.040-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.683.671/0001-09.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transnorte Energia S.A.

Escriturador Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

Eventos de Vencimento  
Antecipado

Eventos previstos na Cláusula VII da Escritura.

Fiadoras

A Alupar e a Eletrobras, acima qualificadas.

Garantia Fidejussória

A fiança prestada em garantia das Debêntures conforme item 5.11 da Escritura.





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANORTE ENERGIA S.A.

IGP-M Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instrução CVM nº 28/83 Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.



Instrução CVM nº 358/02 Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04 Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09 Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JCDF Junta Comercial do Distrito Federal.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Página 9 de 59



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANORTE ENERGIA S.A.

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Lei nº 6385/76           | Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.   |
| Lei nº 6.404/76          | Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.  |
| MDA                      | MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.  |
| Obrigações Garantidas    | Valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive multas, penalidades, honorários arbitrados em juízo, bem como remunerações do Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures. |
| Oferta Restrita          | É a oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, das Debêntures.   |
| Período de Capitalização | Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração, quer seja a Data de Vencimento, data de Resgate Antecipado Facultativo, ou a data de vencimento antecipado das Debêntures.   |
| Projeto                  | Construção, operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e  |



suas conexões, em região compreendida entre Boa Vista – RR e Manaus – AM, conforme especificações previstas na Cláusula Segunda do Contrato de Concessão.

**Resgate Antecipado Facultativo** Resgate antecipado facultativo de totalidade das Debêntures, previsto no item 6.1 desta Escritura.

**Remuneração** É a remuneração das Debêntures prevista no item 5.6 desta Escritura.

**RCA Alupar** Reunião do Conselho de Administração da Alupar realizada em 27 de março de 2014, que aprovou a concessão da Garantia Fidejussória pela Alupar.

**RCA Eletrobras** Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras realizada em 27 de março de 2014, que aprovou a concessão da Garantia Fidejussória pela Eletrobras.

**Sobretaxa** A sobretaxa ou *spread* que será acrescida à Taxa DI, na forma prevista no item 5.6.1 abaixo.

**Taxa DI** Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

**Taxa SELIC** Taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos.

**Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário** O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM  
SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESPORTE  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.



## CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.

## CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO



2.1. A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 28 de março de 2014.

2.2. A Garantia Fidejussória de que trata o item 5.11 abaixo foi devidamente aprovada nas RCA da Alupar e da Eletrobras, realizadas em 27 de março de 2014.

## CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. *Registro na CVM e ANBIMA*

3.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o Artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Além disso, nos termos do Artigo 1º, parágrafos 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a sua base de dados, até a data de encerramento da Oferta, condicionada a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.





3.1.2. *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na JCDF, tendo sido publicada no (i) DODF e (ii) no “Valor Econômico”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2. As atas das RCA da Alupar e da Eletrobras serão devidamente arquivadas na JUCESP e na JCDF, respectivamente, tendo sido publicadas no (i) DOESP e no DODF e (ii) nos jornais “Valor Econômico” e “Correio Braziliense”, respectivamente, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura*

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JCDF, conforme o disposto no Artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário.

3.1.3.2 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Garantia Fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura na JCDF, devendo a emissora encaminhar 1 (uma) via original da Escritura de seus eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário, devidamente inscritos na JCDF e registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos previstos acima, tempestivamente após a data da respectiva inscrição e registro.

3.1.4. *Registro para Colocação e Negociação*

3.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA; e (ii) negociação, observado o disposto no item 3.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.





3.1.4.2. Não obstante o descrito no item 3.1.4.1 acima, conforme o disposto no Artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos termos do Artigo 15, da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, desde que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



##### 4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV – Lechuga – Equador – Boa Vista, objeto do Lote A do Leilão nº 004/2011 – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado e suas ampliações.

##### 4.2 Número da Emissão

4.2.1. A presente Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

##### 4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1. O valor total da Emissão será de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.

##### 4.4 Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

##### 4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures.





**4.6 Escriturador Mandatário e Banco Liquidante**

4.6.1 O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A. e o Escriturador Mandatário será Itaú Corretora de Valores S.A.

**4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com intermediação do Coordenador Líder, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

**4.8 Destinação dos Recursos**

4.8.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados no Projeto para (a) instalação de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões da Emissora que possuam as licenças e/ou autorizações ambientais necessárias para tal instalação, conforme especificações previstas na Cláusula Segunda do Contrato de Concessão; e/ou (b) aquisição de insumos, maquinário, pagamento de despesas gerais e administrativas, fornecedores e/ou outros usos que não exijam licença e/ou autorização ambiental específica, sendo certo, que na Data de Emissão, a instalação da ampliação da Subestação Boa Vista estava licenciada por meio da Licença de Instalação Nº 968/2013 emitida pelo IBAMA e, portanto, apta a receber os recursos decorrentes desta Emissão.

**CLÁUSULA V  
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**5.1. Características Básicas das Debêntures**

**5.1.1 Valor Nominal Unitário**

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

**5.1.2 Data de Emissão**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de março de 2014.

5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2015, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula VII abaixo e de Resgate Antecipado Facultativo previsto no item 6.1 abaixo.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, e terão garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido no item 5.11 abaixo.

5.2. *Subscrição*





**5.2.1 Prazo de Subscrição**

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM nº 476/09.

**5.2.2 Preço de Subscrição**

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.



**5.3 Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP.

**5.4 Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

**5.5 Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

**5.6 Remuneração**

5.6.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, de 0,90% (noventa centésimos por cento) ("Sobretaxa"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que ocorre ao final do Período de Capitalização.



5.6.2 A Remuneração será paga na Data de Vencimento.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$



“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

"k" = 1, 2, ..., n, sendo "n" um número inteiro

"Dlk" corresponde à Taxa DI, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"dk" = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" igual a 1 (um) Dia Útil;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right]$$

onde:



"spread" é 0,9000 (noventa centésimos); e

"DP" é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou o último evento, conforme o caso, e a Data de Vencimento, sendo "DP" um número inteiro.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

(i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

(ii) o fator resultante da expressão  $[(1 + TDlk)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[(1 + TDlk)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e





(v) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDik a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

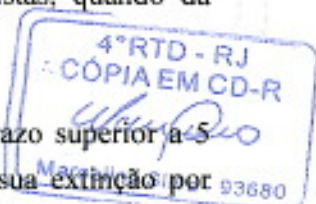
5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 5 (cinco) dias acima, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 5.6.3 acima e na apuração de TDik será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a Taxa SELIC.

## 5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



## 5.8 Amortização Programada

5.8.1 Não haverá amortização programada. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, conforme definido no item 6.1 abaixo e/ou da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Cláusula 7 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento.

## 5.9 Condições de Pagamento

### 5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Escriturador Mandatário.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

### 5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em





que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

### 5.9.3 Encargos Moratórios

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo ~~imponibilidade~~ <sup>no</sup> pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

### 5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## 5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DODF, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e quando exigido pela legislação, no "Valor Econômico", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação em até 2 (dois) Dias Úteis da data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.





## 5.11 Garantia Fidejussória

5.11.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas da Emissora sob as Debêntures, as Fiadoras prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 As Fiadoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, de forma solidária com a Emissora, das Obrigações Garantidas.

5.11.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pelas Fiadoras, no percentual de 51% para a Alupar e 49% para a Eletrobras correspondentes às suas participações societárias, direta ou indireta, na Emissora, de forma solidária com a Emissora, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário às Fiadoras, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 2 (dois) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso das Fiadoras e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido na data de pagamento definida nesta Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.11.4 As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do limite da Garantia Fidejussória por elas prestados, conforme acima previsto.

5.11.5 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as fianças objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada, observado o disposto no item 5.11.6 abaixo.



5.11.6 As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por elas honrado nos termos das fianças após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão.



5.11.7 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

5.11.8 A presente Garantia Fidejussória entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento de até 51% (cinquenta e um por cento) das Obrigações Garantidas pela Alupar e de até 49% (quarenta e nove por cento) das Obrigações Garantidas pela Eletrobras, assim como quando todas as obrigações garantidas contraídas nas Debêntures pela Emissora forem cumpridas, o que ocorrer primeiro.

5.11.9 A Alupar e a Eletrobras, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento de 51% (cinquenta e um por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) das Obrigações Garantidas, respectivamente, e/ou quando todas as obrigações garantidas contraídas nas Debêntures pela Emissora forem cumpridas, o que ocorrer primeiro.

## CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 6.1 Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1 A Emissora poderá, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados da Data de Emissão e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado e (ii) de Prêmio





especificado na tabela abaixo, que será aplicado sobre o valor resgatado, ou seja, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração conforme o item (i) acima.

| MÊS DE RESGATE ANTECIPADO<br>FACULTATIVO - A CONTAR DA DATA DE<br>EMIÇÃO | PRÊMIO |
|--|--------|
| 13º (décimo terceiro)  | 0,08%  |
| 14º (décimo quarto)  | 0,07%  |
| 15º (décimo quinto)  | 0,06%  |
| 16º (décimo sexto)   | 0,05%  |
| 17º (décimo sétimo)  | 0,03%  |
| 18º (décimo oitavo)*   | 0,02%  |

\* O prêmio será devido apenas se o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer em data anterior à Data de Vencimento das Debêntures.

6.1.2 O Resgate Antecipado das Debêntures observará, ainda, o quanto segue:

- a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de notificação aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação nos Jornais indicados no item 5.10 acima, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo, o qual conterá informações sobre: (a) o prêmio devido, conforme tabela indicada no item 6.1.1 acima; (b) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (c) a forma de cálculo do valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) demais informações eventualmente necessárias;
- a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora com de acordo do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência;
- na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;





- iv) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas na CETIP, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP.

- 6.1.3 As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.



## 6.2 Aquisição Facultativa

6.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, conforme o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei nº 6.404/76, por (i) valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

6.2.2 As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

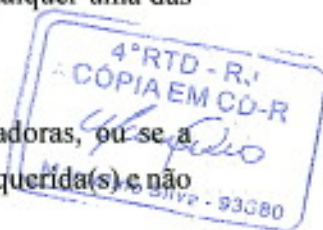
### 7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal



Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer uma das Fiadoras, ou se a Emissora e/ou qualquer uma das Fiadoras tiver(em) sua(s) falência(s) requerida(s) e não elidida(s) no prazo legal ou tiver(em) sua(s) falência(s) decretada(s);
- ii) se a Emissora e/ou qualquer uma das Fiadoras propuser(em) plano(s) de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do(s) referido(s) plano(s);
- iii) se a Emissora e/ou qualquer uma das Fiadoras ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- iv) se iniciado processo liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, assim como adoção de quaisquer medidas societárias voltadas a liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras;
- v) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- vi) se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD, excetuando-se, desde já, as reestruturações societárias entre empresas do mesmo grupo econômico desde que controle acionário indireto (final) da Emissora não seja alterado;
- vii) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas, ressalvado o disposto no artigo 231 e parágrafos da Lei nº 6.404/76;







- viii) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora e/ou a(s) Fiadora(s) seja parte como mutuária (~~cross-default~~), que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observado que, para fins deste item, nas operações em que a Emissora e/ou a(s) Fiadora(s) atue como mutuária e/ou garantidora, a declaração de vencimento antecipado das Debêntures somente ocorrerá caso a Emissora e/ou a Fiadora deixe de honrar o valor da dívida ou a garantia concedida no prazo contratualmente estipulado;
- ix) transferência, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em AGD, especialmente convocada para esse fim; e
- x) perda, caducidade, cassação definitiva, encampação ou extinção da concessão de serviço público detida pela Emissora.

7.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

## 7.2 Vencimento Antecipado Não Automático

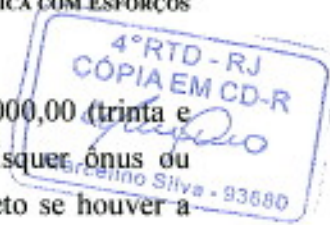
7.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, caso confirmada a declaração de vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:





- i) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, desde que não sanada no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tal obrigação tornou-se exigível;
- ii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas (neste dois últimos casos, em qualquer aspecto relevante), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras nesta Escritura e/ou no Contrato de Colocação;
- iii) redução do capital social da Emissora e/ou as Fiadoras sem observância do disposto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76;
- iv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- v) cancelamento do registro das Debêntures junto à CETIP21;
- vi) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora, desde que cause uma redução igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a continuidade das atividades da Emissora e/ou das Fiadoras até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- vii) se a presente Escritura for revogada ou, rescindida, ou se for declarada a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento da Emissão por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final;
- viii) mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora e/ou das Fiadoras, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- ix) se a Emissora promover a alienação direta ou indireta, total ou parcial, de Ativos Operacionais, que individualmente ultrapassem o valor de R\$25.000.000,00 (vinte e





cinco milhões de reais), ou de forma agregada o valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou caso sobre eles forem constituídos quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, exceto se houver a anuência prévia expressa dos Debenturistas. Não obstante, fica desde já aprovada a constituição de garantias no âmbito da realização de financiamentos de longo prazo a (i) novos projetos de infraestrutura pela Emissora junto ao BNDES, organismos multilaterais de desenvolvimento e outros da mesma natureza ou (ii) financiamentos para suportar ampliações de ativos operacionais via autorização da ANEEL na forma de Rede Básica de Novas Instalações – RBNI;

- x) protesto de títulos contra a Emissora e/ou das Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora e R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para as Fiadoras, salvo se no prazo de 10 (dez) dias (i) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou as Fiadoras que o(s) protesto(s) foi/foram efetivado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (ii) for/forem cancelado(s) o(s) protesto(s); ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo;
- xi) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos ou proventos aos acionistas da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 caso a Emissora e esteja inadimplente com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures; e
- xii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Fiadoras, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora e R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para as Fiadoras, ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento.

7.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento.





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

7.2.3 Caso a AGD mencionada no item 7.2.1 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2.1, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.5 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com aviso de recebimento ("AR") (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.



7.2.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do protocolo da carta, ou do recebimento da mesma por AR, mencionada no item 7.2.5 acima, sob pena do disposto no item 7.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.2.7 Caso a Emissora não realize o pagamento das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

#### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:





- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das anuais; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e
- c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 7.1 e 7.2 acima no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e



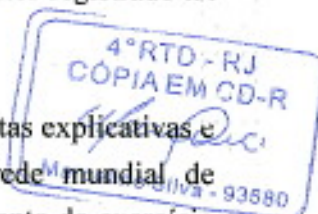
prestar todas as informações necessárias à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiv) do item 9.4.1;

- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- viii) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos aplicáveis à condução das atividades da Emissora, especialmente as trabalhistas e ambientais, excetuados eventuais descumprimentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera administrativa ou judicial;
- ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- xiii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:



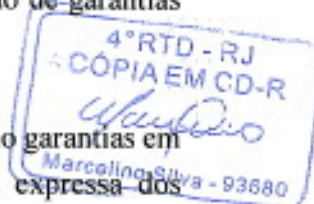


- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xiv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- xvi) não conceder qualquer espécie de empréstimo, garantia, ou efetuar qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas, salvo aqueles no curso ordinário dos negócios, porém





- sempre limitado ao montante individual ou agregado de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xvii) não promover a alienação direta ou indireta, total ou parcial, de Ativos Operacionais, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso de constituição de garantias para realização de financiamento de longo prazo;
- xviii) não constituir quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias em juízo, dos Ativos Operacionais, exceto se houver a anuência prévia expressa dos Debenturistas;
- xix) manter em vigor todos os contratos relevantes (incluindo, mas não se limitando a, documentos do Projeto, Contrato EPC e o Contrato de Concessão), assim como as licenças e autorizações aplicáveis;
- xx) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xxi) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário; e
- xxii) abster-se, até o envio do comunicado de encerramento à CVM pelo Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 ("Comunicado de Encerramento"), de (a) revelar informações relativas à Emissão das Debêntures, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão das Debêntures, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio de Comunicado de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, caso a emissão seja via Debêntures;
- xxiv) obtenção e manutenção válidas e vigentes de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para o desenvolvimento do projeto a ser financiado com os recursos obtidos na Emissão, conforme descrito no item 4.8.1 acima; e



- xxv) aplicar os recursos oriundos da Emissão apenas em atividades no âmbito do Projeto para as quais possua autorizações e licenças ambientais, válidas e vigentes, emitidas pelo órgão competente, necessárias a sua regular implementação e operação.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO



### 9.1 Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2 Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida, sendo que na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Alupar, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Alupar, para oferta privada ("5ª Emissão da Alupar"), com vencimento em 30 de maio de 2027, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foram verificados eventos de amortização, conversão, repactuação, resgate antecipado ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Alupar são garantidas por garantia fidejussória da Guarupart Participações LTDA., conforme previsto na escritura de emissão;





- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

4º RTD - RJ  
CÓPIA EM CD-R  
*Marcelino Silva*  
Marcelino Silva - 33680

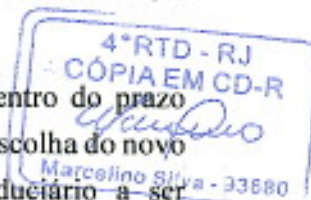
### 9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou





extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.



9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JCDF e no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos, nos termos do item 3.1.3.2 acima.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.



#### 9.4 Deveres

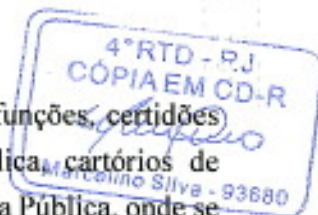
9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



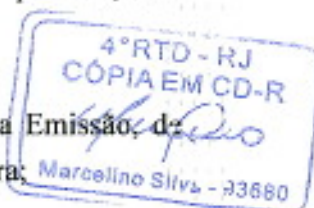


- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- x) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar, quando aplicável ao Agente Fiduciário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 3.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;





- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula VII acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora; e
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório;
  - c) na CVM;
  - d) na sede do Coordenador Líder;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 3.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o



Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

a) à CVM; e

b) à CETIP;



- xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VII acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;
- xx) verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- xxi) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## 9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESPORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;  
e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.



9.5.2 Observado o disposto na Cláusula VII (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 9.5.1 acima.

## 9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a parcela única de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

9.6.2 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data



Handwritten signatures and initials in blue ink.



do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.4 A parcela citada nos item 9.6.1 acima, será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## 9.7 Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que devidamente aprovadas, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e envio dos respectivos comprovantes.

9.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do



serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível a obtenção da prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS



### 10.1 Convocação

10.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no Artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 3.1.2 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

### 10.2 Quorum de Instalação

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.





### 10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, hipóteses de vencimento antecipado, garantias, o disposto neste item 10.4 e forma de remuneração e resgate, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.



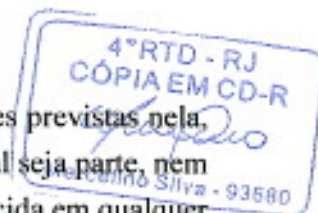
## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

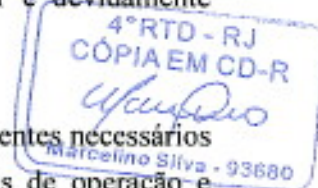


- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
- iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarreta em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo, a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JCDF e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e vigentes;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, excetuados eventuais descumprimentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera administrativa ou judicial;





- x) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- xi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles constantes nas respectivas certidões forenses atualmente em vigor e devidamente apresentadas;
- xii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xiii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos, completos, consistentes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xiv) não omitiu e nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas; excetuados eventuais descumprimentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera administrativa ou judicial;
- xv) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;
- xvi) utilizar os recursos obtidos com a Emissão para finalidade prevista no item 4.8.1 acima, sendo que, sempre que necessária a obtenção de licenças ambientais, a Emissora deverá apresentar declaração ao Agente Fiduciário atestando a obtenção de referidas licenças; e



xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2 As Fiadoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelas Fiadoras;
- ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais as Fiadoras sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Fiadoras, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- iii) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, excetuados eventuais descumprimentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera administrativa ou judicial;
- iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação adicional aos já concedidos é exigido para o cumprimento, pelas Fiadoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- v) as obrigações assumidas na garantia fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa das Fiadoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

11.3 A Emissora e as Fiadoras, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações



Handwritten signatures in blue ink.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESPORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

**TRANSNORTE ENERGIA S.A.**

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 2, Salas 1001 A 1003 e 1010 a 1014, Edifício Via Capital  
70.040-911 – Brasília – Distrito Federal  
At.: Mauricio Secron Bacellar  
Tel: (61) 3255-5700  
E-mail: mbacellar@tnesa.com.br



ii) Alupar

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

Avenida Dr. Cardoso de Melo, n.º 1855, Bloco I, 9º andar, sala A  
São Paulo - SP  
At.: Marcelo Patrício Fernandes Costa  
Tel: (11) 2184-9687  
E-mail: mcosta@alupar.com.br

iii) para a Eletrobras:

**Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Avenida Presidente Vargas, n.º 409, 13º andar  
20071-003 - Rio de Janeiro - RJ  
At.: Armando Casado de Araújo  
Telefone: (21) 2514-6435  
Correio Eletrônico: df@eletrobras.com

iv) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala n.º 514, Barra da Tijuca



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSPORTER ENERGIA S.A.

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

v) para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé São Paulo – SP Brasil

CEP: 03084-010

At.: Luiz André Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

Correio eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



vi) para o Escriturador Mandatário:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé São Paulo – SP Brasil

CEP: 03084-010

At.: Luiz André Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

Correio eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

vii) para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 – 002 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3111-1596



Página 52 de 59



Fax: (11) 3111-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

## 12.2 Renúncia

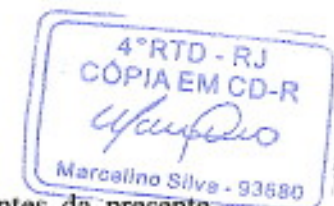
12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## 12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

## 12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



## 12.5 Disposições Gerais

12.5.1 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.5.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.5.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

12.5.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

4º RTD - RJ  
CÓPIA EM CD-R  
Marcos Silva - 93680





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSPORTER ENERGIA S.A.

12.5.1 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.3 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

## 12.6 Foro

12.6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Brasília, 4 de abril de 2014.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)




INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSNORTE ENERGIA S.A.

*Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transnorte Energia S.A.*

**TRANSNORTE ENERGIA S.A.**



  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Williams Carvalho Pereira  
Cargo: Diretor Técnico  
TransNorte Energia S/A









INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANORTE ENERGIA S.A.

*Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transnorte Energia S.A.*

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

  
Nome: **Marcelo Patrício Fernandes Costa**  
Cargo: **Diretor**

  
Nome:  
Cargo: **José Luiz de Godoy Pereira**  
**Diretor**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANSPORT ENERGIAS S.A.

*Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transport Energia S.A.*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

  
Nome: José da Costa Carvalho Neto  
Cargo: Presidente

  
Nome: Armando Casado de Araujo  
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRANORTE ENERGIA S.A.

*Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Transnorte Energia S.A.*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
NOME: Ana Paula de Oliveira  
CARGO: Procuradora  
RG: 28.306.958-2  
CPF: 216.001.828-79

TESTEMUNHAS:

  
Nome: JOSÉ FELIPE JUNIOR  
RG: RE:06481825-09 IEPH/BA  
CPF: 996.617.725-09

  
Nome: Marcos Roberto Marques Lopes  
RG: RG: 09381692-4 IEPH/RJ  
CPF: CPF : 013.409.447-22

